

- Cada item da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Nos itens constituídos pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem se considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.

## PROVA OBJETIVA P<sub>1</sub> – CONHECIMENTOS GERAIS

1 No dia 4 de maio de 2015, a Lei Complementar  
Federal n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade  
Fiscal ou simplesmente LRF, completou quinze anos. Embora  
4 devamos comemorar a consolidação de uma nova cultura de  
responsabilidade fiscal por grande parte dos nossos gestores, o  
momento também é propício para reflexões sobre o futuro desse  
7 diploma.

Para a surpresa de muitas pessoas, acostumadas a ver  
em nosso país tantas leis que não saem do papel, a LRF, logo  
10 nos primeiros anos, atinge boa parte de seus objetivos,  
notadamente em relação à observância dos limites da despesa  
com pessoal, o que permitiu uma descompressão da receita  
13 líquida e propiciou maior capacidade de investimento público.  
O regulamento marca avanços também no controle de gastos  
em fins de gestão e em relação ao novo papel que as leis de  
16 diretrizes orçamentárias passaram a desempenhar.

Não obstante todos os avanços, o momento exige  
cautela e reflexões. Como toda debutante, a LRF passa por  
19 alguns importantes conflitos existenciais. É quase consenso, no  
meio acadêmico e entre os órgãos de controle, a necessidade de  
seu aperfeiçoamento em alguns pontos. Há que se ponderar,  
22 contudo, sobre o melhor momento para os necessários ajustes  
normativos. Realizar mudanças permanentes na lei por  
conta de circunstâncias excepcionais e episódicas não parece  
25 recomendar o bom senso.

Valdecir Pascoal. Os 15 anos da Lei de Responsabilidade  
Fiscal. In: O Estado de S.Paulo, 5/maio/2015. Internet:  
<<http://politica.estadao.com.br>> (com adaptações).

No que se refere às ideias e aos aspectos linguísticos do texto acima,  
julgue os itens de 1 a 6.

- 1 Os pronomes relativos “que” (l.9) e “que” (l.15), embora  
retomem elementos distintos do texto, desempenham a mesma  
função sintática nos períodos em que ocorrem.
- 2 A correção gramatical e o sentido original do texto seriam  
mantidos se o trecho “Para a surpresa (...) de seus objetivos”  
(l. 8 a 10) fosse reescrito da seguinte forma: É atingido, logo  
nos primeiros anos, boa parte dos objetivos da Lei de  
Responsabilidade Fiscal, resultado esse que gera surpresa em  
muitas pessoas, acostumadas, em nosso país, a ver que tantas  
leis não saem do papel.
- 3 O texto apresenta uma avaliação positiva das mudanças  
induzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal em seus quinze  
anos de vigência, ressaltando a necessidade de realização de  
ajustes normativos em alguns de seus pontos.

4 As palavras “líquida”, “público”, “órgãos” e “episódicas”  
obedecem à mesma regra de acentuação gráfica.

5 A oração “Realizar mudanças permanentes na lei por conta  
de circunstâncias excepcionais e episódicas” (l. 23 e 24)  
exerce a função de complemento da forma verbal  
“recomendar” (l.25).

6 O presente foi empregado nas formas verbais “atinge” (l.10),  
“marca” (l.14), “exige” (l.17) e “passa” (l.18) para indicar uma  
ação habitual, iniciada no passado e que se estende ao  
momento em que o texto foi escrito.

1 Com os avanços das tecnologias informáticas,  
atividades como ir ao banco, assistir a filmes, fazer compras,  
acompanhar processos judiciais, estudar a distância e solicitar  
4 serviços passaram a ser realizadas até mesmo a partir de um  
simples *smartphone*. A tecnologia alterou a noção de tempo,  
distância e espaço e produziu grandes impactos que afetam a  
7 forma com que cada um se relaciona, trabalha, produz, se  
comunica e se diverte. Não é à toa que, paralelamente ao  
mundo real, há um mundo representado virtualmente — o  
10 denominado ciberespaço — com código e linguagem próprios,  
mas que se inter-relaciona — e muito — com o mundo real.  
Hoje, essa relação de interdependência entre os mundos real e  
13 virtual é tão forte que se torna difícil pensar na existência de  
um sem o outro. A administração pública também está cada vez  
mais imersa nesse mundo. Tanto que o uso da tecnologia tem  
16 permitido a expansão e a melhoria dos serviços oferecidos à  
sociedade e alterado a forma como o governo trabalha e se  
relaciona com o público.

Inovação tecnológica, dados abertos e big data: um novo momento  
para o exercício do controle social. In: Revista do Tribunal de Contas  
da União, ano 46, n.º 131, set.-dez./2014, p. 9. Internet:  
<<http://portal2.tcu.gov.br>> (com adaptações).

Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto acima,  
julgue os itens a seguir.

- 7 A posição da partícula “se” em relação às formas verbais  
“relaciona” (l.7) e “inter-relaciona” (l.11) é explicada com  
base na mesma regra de colocação pronominal.
- 8 Tanto a forma verbal “passaram” (l.4) quanto o adjetivo  
“próprios” (l.10) estão flexionados no plural por concordar  
com termos compostos, ou seja, termos com mais de um  
núcleo.
- 9 Na linha 5, a alteração na posição do adjetivo “simples” em  
relação a “*smartphone*” — escrevendo-se *smartphone simples*  
— não prejudica a correção gramatical nem altera o sentido do  
texto.

1 Os tribunais de contas, de modo geral, são acionados  
pelo cidadão por meio de denúncias.

Quando o caso que der origem à denúncia envolver  
4 dinheiro federal, a denúncia deve ser feita ao TCU, que possui  
unidades em cada um dos estados do Brasil. As irregularidades  
que envolvam recursos públicos estaduais ou municipais devem  
7 ser levadas ao conhecimento do tribunal de contas do estado ou  
do município correspondente.

A denúncia deve ser apresentada, pessoalmente ou por  
10 via postal, no edifício sede, em Brasília, ou nas secretarias do  
TCU localizadas nos estados. Em caso de urgência, a denúncia  
poderá ser encaminhada ao TCU por telegrama, fac-símile (fax)  
13 ou outro meio eletrônico, sempre com confirmação de  
recebimento e posterior remessa da documentação original em  
dez dias, contados a partir da data da confirmação do  
16 recebimento.

A denúncia será dirigida ao ministro-presidente do  
TCU. Deverá conter relato detalhado dos fatos irregulares com  
19 o maior número possível de informações e de documentos  
(quando houver), de modo a proporcionar ao tribunal os  
elementos mínimos necessários à realização do trabalho de  
22 fiscalização.

Brasil. Tribunal de Contas da União. **Orientações para  
conselheiros de saúde**. 2.ª ed. Brasília: TCU, Secretaria de  
Controle Externo da Saúde, 2015, p. 10. Internet:  
<<http://portal3.tcu.gov.br>> (com adaptações).

Em relação ao texto acima apresentado, julgue os itens que se  
seguem.

10 Na linha 3, o uso do sinal indicativo de crase em “à denúncia”  
deve-se à presença do substantivo “origem” e à presença do  
artigo definido feminino diante da palavra “denúncia”.

11 O texto tem como finalidade apresentar instruções que orientam  
o cidadão no caso de ele querer apresentar uma denúncia ao  
tribunal de contas e caracteriza-se, entre outros aspectos, pelo  
uso de linguagem direta e pelo emprego do modo imperativo.

12 O emprego das vírgulas no primeiro período do segundo  
parágrafo do texto justifica-se por regras distintas.

Memorando-Circular n.º 1/2014 – ISC

Brasília, 29 de outubro de 2014

Aos Senhores Dirigentes de todas as unidades do TCU

Assunto: cronograma de remessa de processos para arquivamento

1. Em continuidade à parceria estabelecida entre o Serviço de  
Gestão Documental (SEGED) e as unidades produtoras de  
informação, encaminhamos o cronograma de remessa de processos  
da atividade fim para arquivamento referente ao ano de 2015  
(Anexo I).

2. O cronograma e as orientações são instrumentos previstos  
na Portaria-TCU n.º 108/2005, que dispõe sobre procedimentos e  
ações de gestão documental em nossa instituição.

3. Solicitamos a colaboração de todos para que sejam  
observadas as recomendações relativas à remessa dos processos  
para arquivamento constantes do Anexo II. Todas as informações  
necessárias estão disponíveis na página “Gestão Documental” no  
portal.

4. Informamos por fim que a equipe do SEGED está à  
disposição para prestar quaisquer esclarecimentos sobre o assunto.

Atenciosamente,

(espaço para assinatura)

[nome do signatário]

Diretor-Geral do Serviço de Gestão Documental

Internet: <<http://portal3.tcu.gov.br>> (com adaptações).

Com base no disposto no **Manual de Redação da Presidência da  
República**, julgue os seguintes itens, a respeito do expediente  
oficial acima apresentado.

13 Apesar de conter dois documentos importantes — que  
aparecem como Anexos I e II —, a forma de apresentação do  
texto bem como as estruturas linguísticas nele empregadas  
permitem afirmar que essa comunicação oficial não funciona  
como mero encaminhamento de documentos.

14 A finalidade comunicativa do expediente em apreço é fornecer  
informações sobre datas e sobre procedimentos que todas as  
unidades do TCU deverão observar quando do envio de  
processos para arquivamento.

15 Dado o emprego de “Atenciosamente” como fecho do  
documento, é correto inferir que as autoridades às quais o  
expediente se destina pertencem, necessariamente, à mesma  
hierarquia do remetente.

**Text for items from 16 to 20**

1 Environmental auditing is essentially an environmental  
management tool for measuring the effects of certain activities  
on the environment against set criteria or standards. The  
4 relevance of this tool is growing because organisations of all  
kinds now recognise the importance of environmental matters  
and accept that their environmental performance will be  
7 scrutinised by a wide range of interested parties. These parties  
will use environmental auditing to investigate, understand and  
identify actions which help improve existing human activities,  
10 with the aim of reducing their adverse effects on the  
environment. An environmental auditor is the professional  
who will, on behalf of these parties, study an organisation's  
13 environmental effects in a systematic and documented manner  
and will produce an environmental audit report based on the  
data provided. There are many reasons for undertaking an  
16 environmental audit, which include issues such as  
environmental legislation and pressure from customers.

As a matter of definition, the term "audit" has its  
19 origins in the financial sector. Auditing, in general, is a  
methodical examination of procedures and practices aimed at  
verifying whether they comply with legal requirements, internal  
22 policies and accepted practices. The expression "environmental  
auditing" is often used as a generic term covering a variety of  
management practices used to evaluate a company's  
25 environmental performance. Strictly, it refers to checking  
systems and procedures against standards or regulations, as said  
before, but it is often used to cover the gathering and evaluation  
28 of any data with environmental relevance.

Considering the terminology used in the area,  
environmental auditing should not be confused with  
31 environmental impact assessment, although both are  
environmental management tools and the difference between  
them has become blurred. The former is carried out when a  
34 development is already in place, and is used to check on  
existing practices, assessing the environmental effects of current  
activities. It is correct to say that it provides a "snap-shot" of  
37 looking at what is happening at that point in time in an  
organisation. The latter is an anticipatory tool, that is, it takes  
place before an action is carried out. It is therefore an attempt  
40 to predict the impact on the environment of a future action, and  
to provide this information to those who make the decision on  
whether the project should be authorised.

Internet: <www.soas.ac.uk> (adapted).

Judge the following items concerning the facts and ideas presented  
in the text.

- 16 The product of an environmental audit is a description of an  
organisation's relationship with the environment which should  
not be taken as definitive and ultimate as the data analysed is  
particular to a specific point in time.
- 17 The difference between environmental auditing and  
environmental impact assessment is nowadays clear for  
those who work with auditing, be it in the financial field or in  
the environmental one.
- 18 The work of an environmental auditor is stopping procedures  
which do not conform to standards and regulations, an aim  
which he tries to reach by preparing reproachful reports based  
on facts and data.

Based on the text, judge the following items.

- 19 In the excerpt "it takes place before an action is carried out"  
(ℓ. 38 and 39), the pronoun "it" refers to "anticipatory tool"  
(ℓ.38).
- 20 The expressions "scrutinised" (ℓ.7), "undertaking" (ℓ.15) and  
"comply with" (ℓ.21) can be respectively replaced by **probed**,  
**setting about** and **conform to** without this harming the text's  
coherence and meaning.

Julgue os itens a seguir com base nas características do raciocínio  
analítico e na estrutura da argumentação.

- 21 A superstição segundo a qual passar debaixo de escada traz  
azar ilustra uma relação equivocada entre uma causa e um  
efeito.
- 22 A pergunta complexa: "Você deixou de roubar dinheiro de  
seus pais?" se baseia na pressuposição de que o interlocutor a  
quem essa pergunta se dirige não rouba mais dinheiro de seus  
pais.
- 23 A seguinte situação é um exemplo de apelo popular: "Dentro  
do metrô, um rapaz começa a pedir ajuda aos demais  
passageiros para pagar sua passagem de volta para casa. Sua  
justificativa para essa atitude é o fato de ter sido assaltado e  
não ter um centavo".
- 24 Adotando-se o processo de inferência do tipo indutivo, usado  
em ciências experimentais, parte-se do particular para o geral,  
ou seja, a partir da observação de casos particulares, chega-se  
a uma conclusão que os transcende.
- 25 Não estão explicitamente declaradas duas premissas do  
argumento que embasa a seguinte afirmação: "A empresa Z  
não respeita seus funcionários porque não lhes paga em dia".

Com relação aos aspectos institucionais do sistema de controle na  
administração pública, julgue os itens que se seguem.

- 26 Se a decisão final do TCU resultar na aplicação de multa  
a determinado gestor público, o valor correspondente a essa  
multa poderá ser cobrado independentemente de inscrição na  
dívida ativa ou de abertura de novo processo administrativo  
para a cobrança.
- 27 Além de auditar os contratos e a execução de obras públicas,  
as entidades fiscalizadoras superiores devem ser responsáveis  
por desenvolver normas para a administração dessas obras.
- 28 A competência do sistema de controle interno nos poderes  
da União restringe-se ao exercício do controle sobre entidades  
da administração pública direta, indireta, fundacional e  
autárquica.

No que diz respeito ao TCU, julgue os itens a seguir.

- 29 É indelegável a competência do presidente do TCU para  
movimentar os créditos orçamentários necessários ao  
funcionamento do tribunal.
- 30 Se determinado ministro do TCU alterar decisão ou voto já  
proferido em sessão do tribunal, sem que tenha sido  
regularmente apresentado recurso provocador de tal alteração,  
esse ministro responderá pela prática de crime de  
responsabilidade.
- 31 As instruções normativas destinadas aos órgãos públicos dos  
Poderes Executivo e Judiciário expedidas pelo TCU no  
exercício de sua competência possuem caráter orientador,  
podendo ser modificadas por normas específicas, dado o  
princípio da autonomia dos poderes da União.

Com base na legislação que rege a organização, a atuação e a jurisdição do TCU, julgue os itens subsequentes.

- 32** Entre as competências do plenário do TCU está incluída a deliberação sobre propostas de fixação de entendimento sobre questão de direito de especial relevância para a administração pública.
- 33** Se for pedida a vista de determinado processo na fase de discussão, qualquer ministro ou ministro-substituto poderá antecipar seu voto.
- 34** Caso o TCU profira decisão considerando regulares com ressalvas as contas de determinado gestor que tenha falecido pouco antes do proferimento de tal decisão, será inviável a adoção das medidas necessárias à correção das impropriedades identificadas.
- 35** Compete ao ministro-substituto do TCU presidir a instrução dos processos que lhe forem distribuídos, devendo ele decidir sobre tais processos na forma especificada pelo Regimento Interno.

Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir, acerca das competências legislativa e jurisdicional.

- 36** Compete privativamente à União legislar sobre direitos e garantias fundamentais.

Julgue os itens seguintes, a respeito dos órgãos de fiscalização e controle instituídos pela CF.

- 37** Ainda que reúnam provas suficientes contra investigados, é vedado às comissões parlamentares de inquérito aplicar-lhes pena, devendo essas comissões encaminhar suas conclusões ao Ministério Público para que este promova a responsabilidade civil ou criminal daqueles contra os quais pesem quaisquer acusações.
- 38** Dado o princípio da especialidade, a competência do Conselho Nacional de Justiça para apreciar a legalidade dos atos administrativos praticados por membros do Poder Judiciário exclui a competência de outros órgãos de fiscalização e controle para fazê-lo, salvo a do próprio Poder Judiciário, se no exercício da função jurisdicional.
- 39** A despeito do seu papel constitucional de auxiliar o Poder Legislativo, o TCU não depende de autorização ou provocação desse poder para exercer suas atribuições constitucionais, podendo exercê-las até mesmo contra ele.

Julgue os próximos itens, relativos ao regime das leis e atos normativos previstos na CF.

- 40** Embora leis complementares não sejam consideradas inconstitucionais pelo simples fato de veicularem matéria reservada a leis ordinárias, os dispositivos desse tipo de lei que não tratem de assunto próprio de lei complementar ficam sujeitos a modificações posteriores promovidas por lei ordinária.
- 41** Os estados não são obrigados a prever medida provisória no seu processo legislativo. Entretanto, caso optem por incluir tal medida entre os instrumentos do processo legislativo estadual, eles devem observar os princípios e limites estabelecidos a esse respeito na CF.
- 42** O Poder Executivo pode, mediante decreto autônomo, criar e extinguir cargos e órgãos da administração pública, desde que dessa medida não resulte aumento de despesa.

Com base nas normas que regulam as licitações e os contratos administrativos, julgue os itens seguintes.

- 43** É possível a licitação na modalidade pregão pelo critério técnico e preço, desde que o bem ou serviço seja considerado comum.
- 44** Dado o princípio da isonomia, é vedado atribuir preferências para bens e serviços produzidos e prestados no Brasil, ou por empresas brasileiras, mesmo que se trate de critério de desempate em procedimentos licitatórios, situação que deverá ser resolvida por sorteio.

Com base no disposto na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU n.º 507/2011, julgue os itens subsecutivos.

- 45** O instrumento jurídico previsto para transferência de recursos para organizações sociais de interesse público denomina-se termo de parceria.
- 46** Termo de cooperação é o instrumento por meio do qual é ajustada a transferência de crédito de órgão ou entidade da administração pública federal para outro órgão federal da mesma natureza ou para autarquia, fundação pública ou empresa estatal dependente.

No que se refere a ato administrativo, agente público e princípios da administração pública, julgue os próximos itens.

- 47** A exoneração dos ocupantes de cargos em comissão deve ser motivada, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.
- 48** De acordo com entendimento dominante, é legítima a publicação em sítio eletrônico da administração pública dos nomes de seus servidores e do valor dos vencimentos e das vantagens pecuniárias a que eles fazem jus.
- 49** O princípio da eficiência, considerado um dos princípios inerentes à administração pública, não consta expressamente na CF.

A respeito das pessoas naturais e jurídicas, dos fatos e negócios jurídicos e do disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue os seguintes itens.

- 50** A definição do domicílio do servidor público depende de seu ânimo definitivo para estabelecer residência em determinado lugar.
- 51** A renúncia realizada no contexto de um negócio jurídico deve ser interpretada de maneira estrita.
- 52** A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro prevê, em ordem preferencial e taxativa, como métodos de integração do direito, a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito.

Acerca da prescrição, da decadência, das obrigações e da responsabilidade civil, julgue os itens que se seguem.

- 53** A decadência extingue o direito subjetivo patrimonial.
- 54** O autor de ato ilícito que resulte em obrigações é considerado em mora a partir do momento em que pratica o ato.
- 55** As pessoas responsáveis pelo incapaz respondem pelos prejuízos por ele causados, salvo quando não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes para tal, situação em que o incapaz deverá responder pelos prejuízos causados.
- 56** A prescrição serve, a um só tempo, para extinguir situações jurídicas e para consolidar relações que se prolonguem no tempo.

No que concerne aos princípios processuais e à jurisdição, julgue os itens que se seguem.

- 57** O processo de execução, cujo objetivo consiste em dar efetividade a um provimento judicial de mérito, é uma espécie do gênero processo de conhecimento.
- 58** A mitigação do contraditório e da ampla defesa, direitos constitucionalmente garantidos, é admitida em processos judiciais quando há prova inequívoca do direito do autor ou quando o juiz se convence da verossimilhança das alegações.
- 59** Na jurisdição contenciosa, o Estado, em substituição às partes, resolve a lide submetida a sua apreciação, sendo inadmitida, após a instauração do processo contencioso, a composição entre as partes.

Em relação a despachos, decisões interlocutórias e sentenças, julgue os itens seguintes.

- 60** Considera-se decisão interlocutória a decisão judicial que, após a apresentação da contestação, concede liminar de antecipação de tutela em ação de obrigação de fazer coisa certa.
- 61** É considerada sentença terminativa o ato do juiz que põe termo ao processo sem resolução de mérito por ser o autor carecedor do direito de ação.

Matilde ingressou em juízo com uma ação declaratória de nulidade de negócio jurídico em desfavor da União. Após regular processamento da ação, o juízo rejeitou o pedido da autora, que não interpôs recurso contra esta decisão.

Nessa situação hipotética,

- 62** a decisão que rejeitou o pedido de Matilde fez coisa julgada material.
- 63** caso Matilde ajuíze ação idêntica, o processo deverá ser extinto sem resolução de mérito.

Em relação ao disposto na Lei n.º 12.850/2013, que trata de crime organizado, julgue os itens a seguir.

- 64** Em razão de essa lei ser o que se denomina *novatio legis* incriminadora, sua aplicação restringe-se aos casos em que a prática dos crimes tenha se dado a partir da data de início de sua vigência, sob pena de violação ao princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa.
- 65** Nos termos dessa lei, organização criminosa é a associação de, no mínimo, quatro pessoas com estrutura ordenada e divisão de tarefas, com estabilidade e permanência. A ausência da estabilidade ou da permanência caracteriza o concurso eventual de agentes, dotado de natureza passageira.

Em relação aos crimes contra a fé pública, contra o patrimônio e contra a administração pública, julgue os itens subsecutivos.

- 66** O réu primário cujo crime tenha sido o de adquirir ou receber coisa que, por sua natureza ou pela desproporção entre seu valor e preço, ele presumia ter sido obtida por meio criminoso poderá receber o perdão judicial, caso o juiz considere, conforme as circunstâncias, ser adequada tal medida.
- 67** **Situação hipotética:** Com o intuito de viajar para o exterior, Pedro, que não possui passaporte, usou como seu o documento de Paulo, seu irmão — com quem se parece muito —, tendo-o apresentado, sem adulterações, para os agentes da companhia aérea e da Polícia Federal no aeroporto. Pedro e Paulo têm mais de dezoito anos de idade. **Assertiva:** Nessa situação, de acordo com o Código Penal, Pedro cometeu o crime de falsidade ideológica.

No que se refere aos princípios do direito penal e às causas de exclusão da ilicitude, julgue os próximos itens.

- 68** No que diz respeito às causas de exclusão da ilicitude, é possível alegar legítima defesa contra quem pratica conduta acobertada por uma dirimente de culpabilidade, como, por exemplo, coação moral irresistível.
- 69** Em consequência da fragmentariedade do direito penal, ainda que haja outras formas de sanção ou outros meios de controle social para a tutela de determinado bem jurídico, a criminalização, pelo direito penal, de condutas que invistam contra esse bem será adequada e recomendável.

Julgue o item seguinte, que trata de imputabilidade penal.

- 70** **Situação hipotética:** Cléber, com trinta e quatro anos de idade, pretendia matar, durante uma festa, seu desafeto, Sérgio, atual namorado de sua ex-noiva. Sem coragem para realizar a conduta delituosa, Cléber bebeu grandes doses de vodca e, embriagado, desferiu várias facadas contra Sérgio, que faleceu em decorrência dos ferimentos provocados pelas facadas. **Assertiva:** Nessa situação, configura-se embriaguez voluntária dolosa, o que permite ao juiz reduzir a pena imputada a Cléber, uma vez que ele não tinha plena capacidade de entender o caráter ilícito de seus atos no momento em que esfaqueou Sérgio.

Com relação às normas de auditoria emanadas do TCU e de organismos internacionais, julgue os itens que se seguem.

- 71** O auditor deve declarar seu impedimento e suspeição em toda situação em que haja risco de que sua independência e sua imparcialidade sejam influenciadas quando do desempenho de suas funções, ainda que a influência não ocorra de fato.
- 72** Denomina-se auditoria financeira, de acordo com as normas da INTOSAI (International Organization of Supreme Audit Institutions), a realização de avaliação independente com o objetivo de obter-se garantia razoável de opinião, por meio da verificação da conformidade, com os relatórios, da condição financeira, dos resultados e do uso de recursos da entidade examinada.
- 73** Exige-se que os auditores internos detenham os conhecimentos especializados necessários para detectar e investigar as fraudes na entidade examinada.

Com relação aos procedimentos necessários para a realização e a correta conclusão da auditoria, julgue os itens a seguir.

- 74** A evidência de auditoria engloba tanto a informação que respalda e corrobora as manifestações da administração da entidade auditada quanto a informação que as contradiz.
- 75** Informações relativas aos objetivos, riscos e controles do objeto auditado devem ser obtidas pelos autores até, no máximo, a fase de planejamento do trabalho.
- 76** Caso considere que a avaliação da realização de determinado processo ou que a avaliação da prestação de determinado serviço pela entidade auditada é essencial para a formação de sua opinião, o auditor deve realizar uma inspeção física apropriada.

Acerca do trabalho de acompanhamento e controle realizado após a conclusão da auditoria no âmbito do TCU, julgue os itens subsequentes.

- 77** O TCU estabelece padrões rígidos quanto à forma e ao conteúdo dos papéis de trabalho da auditoria, devendo esses padrões ser adotados na confecção dos referidos papéis em cada auditoria.
- 78** Caso determinada unidade jurisdicionada do TCU sofra processo de desestatização, a constituição do respectivo processo de contas deverá ser instruída com a comunicação do encerramento do processo modificador ao órgão de controle interno e ao TCU, pelo responsável da unidade.
- 79** Em situações específicas, nas quais as normas de auditoria do TCU não puderem ser seguidas na íntegra, será necessário declarar no relatório de auditoria, especificamente, os requisitos não observados, assim como as razões para a não observância desses requisitos.
- 80** O monitoramento das deliberações tomadas em decorrência da realização de determinada auditoria é de responsabilidade do auditor, a quem cabe decidir o escopo e a oportunidade desse monitoramento.

No que concerne a *data mining* (mineração de dados) e *big data*, julgue os seguintes itens.

- 81** Devido à quantidade de informações manipuladas, a (*cloud computing*) computação em nuvem torna-se inviável para soluções de *big data*.
- 82** O uso prático de *data mining* envolve o emprego de processos, ferramentas, técnicas e métodos oriundos da matemática, da estatística e da computação, inclusive de inteligência artificial.
- 83** Quem utiliza o *data mining* tem como objetivo descobrir, explorar ou *minerar* relacionamentos, padrões e vínculos significativos presentes em grandes massas documentais registradas em arquivos físicos (analógicos) e arquivos lógicos (digitais).
- 84** A finalidade do uso do *data mining* em uma organização é subsidiar a produção de afirmações conclusivas acerca do padrão de comportamento exibido por agentes de interesse dessa organização.
- 85** No ambiente organizacional, devido à grande quantidade de dados, não é recomendado o emprego de *data mining* para atividades ligadas a *marketing*.

Acerca de bancos de dados relacionais, julgue os itens subsequentes.

- 86** Chave primária é um campo, ou um conjunto de campos, que abriga valores que individualizam cada registro. Esse campo não pode repetir-se em uma mesma tabela.
- 87** Em um banco de dados estruturado de acordo com o modelo relacional, todos os elementos dos dados são colocados em tabelas bidimensionais, organizados em linhas e colunas, o que simplifica o acesso e a manipulação dos dados. Operações matematicamente conhecidas como de produto cartesiano, de seleção e de projeção também apoiam a manipulação de dados aderentes ao modelo relacional.
- 88** Os bancos de dados relacionais são constituídos de três componentes: uma coleção de estrutura de dados (relações ou tabelas), uma coleção de operadores (linguagem SQL) e uma coleção de restrições de integridade (conjunto consistente de estados de base de dados e de alterações de estados).

Com base na Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), julgue os itens que se seguem.

- 89** Existem três níveis para a classificação da informação conforme a referida lei: ultrassecreto, secreto e reservado, com prazos de sigilo de vinte e cinco, quinze e cinco anos respectivamente.
- 90** O fornecimento de informações públicas está condicionado à solicitação da pessoa interessada.

Com o objetivo de modelar a arrecadação anual do ICMS em municípios brasileiros ( $y$ ), o modelo de regressão linear múltipla foi representado, na forma matricial, como  $y = X\beta + \varepsilon$ , em que  $y$  representa o vetor de respostas,  $X$  denota a matriz de delineamento,  $\beta$  é o vetor de parâmetros e  $\varepsilon$  é o vetor de erros aleatórios independentes e identicamente distribuídos. Considerando-se que  $X'$  representa a transposta da matriz de delineamento, apresenta-se a seguir a matriz inversa do produto matricial  $X'X$  produzida no modelo.

$$(X'X)^{-1} = \begin{bmatrix} 0,50 & -0,25 & -0,40 \\ -0,25 & 0,40 & 0,10 \\ -0,40 & 0,10 & 0,50 \end{bmatrix}$$

Com base nessas informações, e sabendo que  $X'y = \begin{bmatrix} 20 \\ 10 \\ 10 \end{bmatrix}$ , julgue o próximo item.

**91** A estimativa do vetor de parâmetros produzida pelo método de mínimos quadrados ordinários é  $\begin{bmatrix} 3,5 \\ 0 \\ -2 \end{bmatrix}$ .

Uma empresa publicou um relatório acerca das previsões para sua receita operacional nos próximos meses. Essas previsões foram obtidas com base em um modelo estacionário de séries temporais na forma  $X_t = 2 + 0,5X_{t-1} + a_t$ , em que  $X_t$  representa a receita operacional no mês  $t$  e  $a_t$  é um ruído branco (no instante  $t$ ) que possui média nula e variância igual a 3.

A partir dessas informações, julgue o item abaixo.

**92** O modelo apresentado é um processo autorregressivo de primeira ordem, AR(1), em que a média e o desvio padrão de  $X_t$  são, respectivamente, iguais a 4 e 2.

Em dado relatório de avaliação da qualidade do transporte aéreo, considerou-se a relação entre o nível de estresse de controladores de tráfego aéreo e a ocorrência de incidentes aeronáuticos. Para o estudo, foram selecionados ao acaso 251 controladores de tráfego aéreo, que foram separados em dois grupos, de acordo com seus níveis de estresse. A tabela a seguir mostra a quantidade de incidentes registrados dentro de cada grupo.

nível de estresse	ocorrência de incidentes		
	sim	não	total
baixo	1	40	41
alto	10	200	210

Tendo como referência as informações acima, julgue o item a seguir, considerando que o logaritmo natural da razão de chances (*odds ratio*) é representado por  $\ln(\hat{\omega})$ , e que sua distribuição amostral é gaussiana.

**93** O erro padrão de  $\ln(\hat{\omega})$  é inferior a 1.

Considerando que uma amostra aleatória simples  $X_1, X_2, X_3, X_4$  tenha sido retirada de uma distribuição  $X$  cuja função de probabilidade é definida como  $P(X=k) = \binom{10}{k} p^k (1-p)^{10-k}$ , em que  $0 \leq p \leq 1, k \in \{0, 1, 2, \dots, 10\}$ , sendo  $p$  o parâmetro desconhecido, e que os valores observados na amostra tenham sido 0, 4, 6 e 2, julgue o item a seguir.

**94** A estimativa de máxima verossimilhança para a variância populacional é igual a 2,1.

Considerando duas variáveis aleatórias independentes  $X$  e  $Y$  que seguem distribuições normal padrão, julgue o próximo item.

**95** A diferença  $X - Y$  segue uma distribuição normal cuja variância é igual ou inferior a 1.

RASCUNHO

Recentemente, a empresa Fast Brick Robotics mostrou ao mundo um robô, conhecido como Hadrian 105, capaz de construir casas em tempo recorde. Ele consegue trabalhar algo em torno de 20 vezes mais rápido que um ser humano, sendo capaz de construir até 150 casas por ano, segundo informações da empresa que o fabrica.

Internet: <www.fastbrickrobotics.net> (com adaptações).

Tendo como referência as informações acima, julgue os itens a seguir.

- 96 Situação hipotética:** Para comprar uma casa construída pelo robô, uma pessoa contraiu um empréstimo de R\$ 120.000,00, a ser pago pelo sistema de amortização constante (SAC) em 6 anos, em 12 prestações semestrais, com taxa de juros semestral de 8%. **Assertiva:** Nesse caso, desconsiderando-se a existência de eventual prazo de carência, o valor da prestação a ser paga ao final do quarto semestre será superior a R\$ 16.000,00.
- 97 Situação hipotética:** Um investidor pretende adquirir um dos imóveis da empresa Fast Brick por R\$ 75.000,00 à vista e vendê-lo, após quatro anos, por R\$ 120.000,00. **Assertiva:** Nesse caso, se a inflação acumulada no período for de 20%, a rentabilidade real do investidor, no período de quatro anos, será superior a 35%.
- 98** Se um único robô constrói uma casa de 100 m<sup>2</sup> em dois dias, então 4 robôs serão capazes de construir 6 casas de 75 m<sup>2</sup> em menos de dois dias.
- 99 Situação hipotética:** Para adquirir uma casa feita pelo robô, um cliente contratou em um banco um financiamento no valor de R\$ 50.000,00, com capitalização mensal a regime de juros compostos com taxa de juros de 0,5% ao mês, que deverá ser pago integralmente somente ao final do prazo do financiamento, que é de 20 anos. **Assertiva:** Nessa situação, assumindo-se 3,31 como valor aproximado de  $(1,005)^{240}$ , ao final dos 20 anos, o comprador pagará mais de R\$ 170.000,00 reais ao banco.
- 100 Situação hipotética:** A empresa Fast Brick Robotics investiu R\$ 500.000,00 na fabricação de uma máquina Hadrian 105 e, com ela, obteve, um ano depois, uma receita de R\$ 250.000,00. **Assertiva:** Nesse caso, para garantir uma rentabilidade anual de 20% sobre o capital investido, a referida empresa terá de auferir, no mínimo, uma receita igual a R\$ 420.000,00 com a máquina ao final do segundo ano.

RASCUNHO